Capítulo 65

Brasil: grandeza e miséria do ouro (1700-1789)

Os colonizadores do Brasil sonhavam com o dia em que encontrariam metais preciosos desde o Descobrimento. Na tentativa de realizar o sonho, organizaram inúmeras expedições e muitos perderam a vida. É compreensível a agitação que tomou conta da colônia quando, nos últimos anos do século XVII, se espalhou a notícia de que haviam descoberto ouro na região das minas. Todo o resto foi relegado a segundo plano, inclusive o já decadente açúcar.

1. Corrida às minas

O ouro tornou-se senhor absoluto durante o período em que reinou, relativamente curto, de pouco mais de meio século. As demais atividades mantinham-se apenas quando orientadas para a região das minas, para atender às necessidades de seus habitantes.

Houve uma verdadeira corrida às minas, brigas e até guerras. A principal dessas lutas foi a *Guerra dos Emboabas* (1708-1709). Os paulistas, descobridores das minas, consideravam a região como sua. Mas a notícia da descoberta de ouro levou muita gente a disputar com eles a exploração das minas. Os paulistas, com zombaria, chamavam aos forasteiros de *emboabas*, palavra de origem tupi que designava as aves que tinham penas até os pés; isto porque os forasteiros costumavam usar polainas ou botas, enquanto os paulistas dispensavam tal proteção. Os emboabas, com mais recursos, dominaram a região e provocaram a guerra civil. Derrotados, os paulistas foram expulsos. A Coroa portuguesa interveio e estabeleceu iguais direitos entre os dois grupos, ampliando seu controle sobre a região.

A exploração das jazidas

Qualquer pessoa podia encontrar uma mina ou jazida de ouro. Mas não podia explorar à vontade. Toda descoberta devia ser imediatamente comunicada à autoridade da região, o superintendente. Ele enviava funcionários para estudar o terreno e dividir a mina em *datas*, nome que recebiam as propriedades mineradoras. A vantagem do descobridor era escolher a data que queria explorar. A Fazenda Real escolhia outra, que depois vendia. As restantes iam a leilão, em dia e horário marcados.

Numa mina grande, a exploração se chamava *lavra*. Dava-se de forma organizada: numerosos trabalhadores, geralmente escravos africanos, eram reunidos sob uma única direção. Empregavam-se mais recursos, instrumentos especializados, e contava-se com a presença de mineradores profissionais.

Minas pequenas ou quase esgotadas eram exploradas individualmente pelos *faiscadores*. Eles eram trabalhadores nômades, garimpeiros que iam de mina em mina procurando locais onde houvesse pouca concorrência. Escravos também se dedicavam a essa atividade e deviam entregar uma quantidade fixa de ouro ao seu senhor. Se encontrassem um bom filão, podiam até comprar a liberdade.

A parte do rei

A data com que a Fazenda Real ficava proporcionava ao rei considerável rendimento. Mas a voracidade real não se satisfez. De todo o ouro encontrado nas minas, o rei passou a querer a quinta parte, o *quinto*. Mas não era fácil cobrar. Os mineradores, que de forma alguma apreciavam o confisco real, encontravam muitas maneiras de esconder o ouro e vendê-lo sem entregar a parte do rei.

Criaram-se, então, as *Casas de Fundição*, nas quais deveria ser entregue todo ouro encontrado. O metal era ali fundido, transformado em barras marcadas com o selo real e devolvido ao dono, sem o quinto. Quem fosse apanhado com ouro sem o selo real podia perder todos os bens ou acabar seus dias numa colônia portuguesa da África.

Apesar de toda a fiscalização, as autoridades ainda desconfiavam que havia desvio de ouro. Tomaram, por isso, outra medida para garantir a parte do rei: o quinto deveria atingir sempre o mínimo de 100 arrobas (1 500 quilos). Caso con-

trário, seria decretada a *derrama*; a população seria então obrigada a completar as 100 arrobas, com contribuições pessoais, impostos cobrados sobre o comércio, escravos etc. Durante a derrama, às vezes vários meses, desaparecia qualquer garantia pessoal; eram freqüentes os abusos policiais, com invasão de residências, prisões, confiscos, sem o menor escrúpulo.

Se considerarmos que, após 1762, o quinto nunca mais atingiu 100 arrobas, podemos imaginar a tensão em que vivia a região das minas. A insatisfação popular desembocaria numa revolta, a *Inconfidência Mineira*, assunto do próximo capítulo.

A decadência mineira

O ouro brasileiro é, em sua maior parte, de aluvião, isto é, foi depositado, ao longo dos milênios, nos leitos dos rios e nas margens próximas, pelas águas que atacaram rochas matrizes. Daí a pequena concentração e o rápido esgotamento das jazidas, a mais importante causa da decadência da mineração. Raras e pobres, as rochas matrizes não puderam ser exploradas no século XVII pela simples razão de que eram deficientes os recursos e os conhecimentos técnicos dos mineradores.

A segunda causa da decadência da economia aurífera estaria no baixo nível técnico da colônia, dada a inexistência de um bom sistema educacional. O naturalista francês Saint-Hilaire notou que os mineiros, sem conhecimento escolar algum, entulhavam os vales com a terra das montanhas, cobriam com os resíduos da lavagem do ouro terrenos ainda não explorados; obstruíam o leito dos rios com areia e pedras e comprometiam a vida dos escravos. Saint-Hilaire resumiu: *"A arte de explorar minas não é entre eles mais que uma rotina imperfeita e cega"*.

Em terceiro lugar, pode-se dizer que o próprio sistema administrativo acelerou a decadência:

- a única preocupação era o quinto;
- para a queda da produção, as autoridades só tinham uma explicação: a fraude;
- não havia preocupação alguma em melhorar as técnicas de exploração;
- os funcionários responsáveis entendiam de regulamentos e tributos e nada de mineração;
- o poder público se comunicava com os mineradores de uma única maneira: através de castigos e punições para qualquer crítica;
- a imprevidência e a ganância impediram a poupança para futuras eventualidades: a parte do rei foi transformada em ostentação na Corte.

A extração de diamantes seguiu pelo mesmo caminho, somado à crescente perda de valor das pedras preciosas pelo aumento da oferta. Também no caso falou mais alto a ineficiência da administração. Sua incapacidade de promover uma extração mais racional e menos custosa foi responsável pela insignificância econômica da mineração de diamantes, já a partir do fim do século XVIII.

2. Mudanças administrativas

O deslocamento do centro econômico colonial das capitanias do Nordeste para a região das minas trouxe importantes mudanças na administração do Brasil.

A mineração sempre sofreu fiscalização mais severa que a exercida sobre outras atividades. Na capitania em que se descobrisse ouro, era logo criada a *Intendência das Minas*, para administrar a mineração, prestando conta diretamente a Lisboa e mantendo total independência em relação às autoridades locais.

Procedimento singular foi adotado quando se encontraram diamantes, a partir de 1729. Primeiro, tentou-se cobrar o quinto, em vão, dada a diversidade de tamanho e qualidade das pedras. Então, a Coroa passou a isolar do exterior o território onde se encontrasse diamante, chamado *Distrito Diamantino*. A exploração foi entregue a particulares, que passaram a pagar uma quantia fixa pelo privilégio.

O sistema só mudou em 1771, quando se criou a *Junta da Administração Geral dos Diamantes*, através da qual a Fazenda Real passou a explorá-los diretamente. A Junta tinha plenos poderes sobre o Distrito Diamantino e prestava contas diretamente a Lisboa. O chefe da Junta, o intendente, exercia poderes absolutos sobre a população. Podia confiscar bens, autorizar ou não a entrada e saída de pessoas, cassar direitos etc.

As modificações se refletiram sobre a administração geral da colônia. Dada a importância das capitanias do sul com a exploração do ouro, e em conseqüência da Guerra dos Emboabas, a Coroa criou a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro (1709); e elevou a vila de São Paulo à

categoria de cidade (1711). Mais tarde, esta seria desmembrada: criaram-se as capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

Importantes mudanças ocorreram durante a administração do marquês de Pombal como primeiro-ministro de Portugal (1750-1777), a fim de controlar de forma mais eficiente a colônia:

- na região Norte, o Estado do Maranhão recebeu a denominação de Estado do Grão-Pará e Maranhão, passando a capital de São Luís para Belém (1751); foi criada a capitania de São José do Rio Negro, com capital em São José do Rio Negro, atual Manaus (1755);
- extinguiu-se o sistema de capitanias hereditárias (1759);
- o Estado do Brasil foi elevado à categoria de vice-reinado, governado por um vice-rei, subordinado ao Conselho Ultramarino (1762);
- a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro (1763).

A chegada do primeiro vice-rei ao Rio de Janeiro em 1763 dá início a nova fase na administração da colônia. Portugal passou a reconhecer a crescente importância das capitanias do Sul, que a mineração ajudou a desenvolver, paralelamente ao enfraquecimento da economia nordestina.

A mudança de capital refletiu a mudança do eixo político-econômico do Nordeste para o Sul, expressa inclusive no crescimento populacional: em 1751, o Rio já contava 50 000 habitantes, contra 46 000 da Bahia em 1757.

Os vice-reis se preocuparam em dar ao Rio de Janeiro condições compatíveis com a nova posição de capital: abriram praças e ruas, construíram o cais do porto e edificaram a Casa dos Pássaros, futuro Museu Nacional.

Em 1772, ainda sob a administração de Pombal, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em duas partes:

- uma parte foi unida à capitania de São José do Rio Negro, formando o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, capital Belém;
- a outra parte se juntou a terras do atual Estado do Piauí, formando o Estado do Maranhão e Piauí, capital São Luís.

3. *A pecuária no Sul*

Nas minas, mineração era atividade quase exclusiva. Alimentos vinham de fora. O sul de Minas desenvolveu uma economia agrária. Do Nordeste e, mais tarde, do Sul do país chegavam produtos de origem animal, transportados pelas tropas de mulas.

Apenas na segunda metade do século XVIII, o atual Rio Grande do Sul se incorporou ao Brasil. O território vinha sendo disputado por espanhóis e portugueses; havia freqüentes lutas armadas. Passou a ter importância para a colônia também nessa época, com sua dedicação à pecuária, favorecida pelo relevo plano, com suaves colinas; clima ameno; rios e riachos em quantidade; vegetação rasteira de gramíneas e leguminosas, rica forragem natural para o gado; capões de mato e florestas à beira-rio para abastecer de lenha e madeira os fazendeiros.

O principal negócio inicial foi o *couro*, exportado em quantidade. Às vezes até se abandonava a carne, pois era reduzido o mercado consumidor. Aos poucos, com a decadência da pecuária nordestina, desenvolveu-se poderosa indústria de carne-seca, o *charque*. De 13 000 arrobas exportadas pela capitania em 1793, saltou-se para quase 600 000 arrobas no início do século XIX. Um salto só comparável ao do ouro.

Nas estâncias sulinas, como nas fazendas nordestinas, não havia necessidade de muito pessoal. Eram poucos os serviços regulares: queimada anual dos pastos, para eliminar pragas e prevenir o alastramento das pastagens, e vigilância dos campos. Um capataz dirigia o trabalho, ajudado pelos peões, que podiam ser assalariados brancos, índios, mestiços ou escravos negros. Os negros compunham 40% da população no início do século XIX.

4. *Novas fronteiras*

O Brasil é hoje cerca de três vezes maior do que na época do Tratado de Tordesilhas, vigente no Descobrimento. Bandeirantes, missionários, militares, pecuaristas e colonos foram importantes no processo de ocupação territorial e de estabelecimento das fronteiras. Vários tratados foram confirmando a ocupação das terras:

Tratado de Utrecht, Holanda, 1713 – a França renuncia a terras situadas à margem esquerda do Rio Amazonas e aceita o Rio Oiapoque como limite entre Brasil e Guiana Francesa.

Tratado de Utrecht, Holanda, 1715 – a Espanha reconhece a posse de Portugal sobre a Colônia do Sacramento. Os espanhóis de Buenos Aires, inconformados, fundam Montevidéu em 1724. Os portugueses fundam o Forte do Rio Grande em 1737 e, através dele, começam a ocupar o Rio Grande do Sul.

Tratado de Madri, Espanha, 1750 – anula o Tratado de Tordesilhas. A posse das terras caberia a quem estivesse ocupando-as no momento. Estabeleceu então as fronteiras entre terras espanholas e regiões da Amazônia e do Mato Grosso. Portugal renunciou à Colônia do Sacramento em troca de Sete Povos das Missões, antigas reduções dos jesuítas no atual Rio Grande do Sul.

Tratado de Santo Ildefonso, Espanha, 1777 – devido à revolta dos índios de Sete Povos, que preferiam o domínio espanhol, o Tratado de Madri havia sido anulado em 1761. Mas como continuassem os conflitos, com tropas espanholas invadindo a Ilha de Santa Catarina e regiões do Rio Grande do Sul, foi assinado o novo tratado: Portugal ficou com a Ilha de Santa Catarina e quase todo o Rio Grande; a Espanha, com a Colônia do Sacramento e Sete Povos.

Tratado de Badajós, Espanha, 1801 – apesar de Santo Ildefonso, Portugal ficou em Sete Povos das Missões. Pelo novo tratado, a Espanha renunciou ao território.

O Rio Grande do Sul viveu em guerra na segunda metade do século XVIII, por causa desta cláusula do Tratado de Madri:

"Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras da Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvora e munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas suas casas, igrejas, e edifícios e a propriedade e posse de terreno..."

O cumprimento da cláusula, de fato, era uma insensatez. Em troca da Colônia do Sacramento, Portugal receberia ricas terras, com prósperos aldeamentos, templos, estâncias, lavouras. E como se faria para mudar para o outro lado do Rio Uruguai mais de trinta mil índios com seus bens e mais de 700 000 cabeças de gado?

Contra a exigência do tratado, se levantaram os Sete Povos das Missões, enfrentando exércitos de Portugal e Espanha. Nas lutas, imortalizou-se Sepé Tiaraju, cacique guarani, cuja bravura sobrevive até nossos dias em lendas, histórias, mitos e canções.

Questões propostas

1. Qual foi a principal luta provocada pela descoberta de ouro na região das minas? Em que consistiu?

2. Como eram exploradas as minas?

3. Qual era a parte do rei e como era controlada?

4. O que era a derrama?

5. Como Saint-Hilaire descreveu as técnicas coloniais para explorar as jazidas de ouro?

6. Por que o sistema administrativo acelerou a decadência das minas?

7. Quais as principais mudanças introduzidas durante o governo do marquês de Pombal?

8. Como são os campos do Rio Grande do Sul? Que tipo de economia favoreceram e como ela se desenvolveu?

9. Quais os principais tratados que definiram as fronteiras brasileiras no século XVIII?

10. Quem foi Sepé Tiaraju?